

Candidatas à vice-presidência discutem papel das mulheres na política

Evento promovido pelo EL PAÍS e pelo Instituto Locomotiva reuniu Ana Amélia, Kátia Abreu, Manuela D'Ávila e Sônia Guajajara nesta sexta-feira

[\(El País, 28/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

As candidatas à vice-presidência nas [eleições deste ano](#) Ana Amélia (PP), Kátia Abreu (PDT), Manuela D'Ávila (PCdoB) e Sônia Guajajara (PSOL) participaram, nesta sexta-feira, 28, do evento Mulheres na Política, promovido pelo EL PAÍS e pelo Instituto Locomotiva, com apoio da [ONU Mulheres](#). Durante mais de duas horas, elas debateram políticas públicas voltadas para mulheres e apresentaram suas propostas de Governo relacionadas ao tema. Assuntos como aborto, creches, equiparação salarial e representatividade no Congresso foram abordados pelas candidatas, questionadas por jornalistas de diferentes veículos.

[Leia mais: Ataques a Bolsonaro marcam debate entre candidatas a vice em véspera de protestos \(O Estado de S. Paulo, 28/09/2018\)](#)

O debate, que aconteceu em São Paulo e foi transmitido pela internet, entrou para os assuntos mais comentados no Twitter, com a hashtag [#mulheresnapolítica](#). O critério para escolha dos nomes que compuseram a mesa de discussão foi o de partidos com representação no [Congresso](#).

Este foi o segundo encontro da série Seminário Brasileiras. [O primeiro aconteceu em 2016](#), quando a Locomotiva e o EL PAÍS reuniram especialistas em diversas áreas e lideranças de organizações e empresas para falar dos avanços e retrocessos da pauta feminina até aquele ano.

Confira abaixo o posicionamento das candidatas registrado na cobertura em tempo real.

Com apoio da ONU Mulheres, Instituto Locomotiva e El País promovem debate com candidatas à Vice-Presidência da República - São Paulo/SP, 28/09/2018

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, apresentará a iniciativa #Brasil5050 pela igualdade de gênero nas eleições

[\(ONU Mulheres, 27/09/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“Mulheres na Política” é tema do debate com candidatas à Vice-Presidência do Brasil, que acontecerá nesta sexta-feira (28/9), em São Paulo, num dos grandes momentos das eleições 2018. O encontro é promovido pelo Instituto Locomotiva e o jornal ‘El País’ e tem o apoio da ONU Mulheres Brasil e do IBMEC, das 9h30 às 12h30, no auditório do IBMEC em São Paulo (Alameda Santos, 2356 - Cerqueira César).

Estão confirmadas as presenças das candidatas Ana Amélia (vice de Geraldo Alckmin/PSDB), Kátia Abreu (que integra a chapa de Ciro Gomes/PDT), Manuela D’Ávila (vice de Fernando Haddad/PT) e Sônia Guajajara (que se apresenta como candidata a copresidenta junto com Guilherme Boulos/PSOL).

O debate terá a presença da representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, que apresentará a iniciativa [Brasil 50-50 - Todas e todos pela Igualdade de Gênero: \[brasil5050.org.br\]\(http://brasil5050.org.br\)](#) Gasman dialogará com as candidatas

e o público sobre os direitos humanos das mulheres, especialmente sobre o empoderamento político das mulheres, uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotados pelos Estados-Membros da ONU.

Serão apresentados dados de uma pesquisa inédita realizada pelo Instituto Locomotiva sobre o que pensam e demandam as mais de 77 milhões de eleitoras brasileiras. Na sequência, haverá um debate entre as candidatas à Vice-Presidência da República, que responderão a perguntas das jornalistas Ana Paula Padrão, Carla Jimenez, Mônica Bergamasco e Sonia Racy.

Compromisso com as mulheres - A [plataforma Brasil 50-50](#) consiste numa série de compromissos que vêm sendo assumidos por candidaturas de mulheres e homens em todo o país para incentivar a participação das mulheres na política e a adoção de políticas para eliminar as desigualdades de gênero, raça e etnia. Por meio da plataforma, as candidaturas se comprometem em apoiar e promover, durante a campanha e em caso de eleição, uma série de ações para o empoderamento e os direitos das mulheres, e a construção da igualdade de gênero em apoio à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Informações para a Imprensa:

Assessoria de Comunicação da ONU Mulheres Brasil

Luciana Araujo - consultora da ONU Mulheres (11) 97619-9076 |
luciana.araujo.jornal@gmail.com

Isabel Clavelin - isabel.clavelin@unwomen.org

61 3038 9140 | 98175 6315

onumulheres.org.br

El País entrevista a socióloga Fátima Pacheco Jordão

Entrevista, feita pela diretora do EL PAÍS Brasil, Carla Jiménez, estreia o Segunda com Política, o programa do jornal no Facebook durante a campanha eleitoral

[\(El País, 20/08/2018 - acesse no site de origem\)](#)

[Carla Jiménez](#), diretora de redação do EL PAÍS Brasil entrevista hoje Fátima Pacheco Jordão, socióloga e fundadora do Instituto Patricia Galvão, uma organização que trabalha pela defesa dos direitos das mulheres. Vamos falar sobre o início oficial da [corrida eleitoral](#), o papel feminino nesta eleição, o que pode acontecer na eleição com uma campanha tão curta e na qual dois dos mais competitivos [candidatos](#) têm perfis sui generis. Um está preso, e o outro defende práticas que estão contra conquistas democráticas.

EL PAÍS passa a ter uma editora de gênero

O objetivo é planejar e melhorar a abrangência atual sobre os temas relacionados com a igualdade e a mulher

[\(El País, 11/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O mundo está imerso em uma profunda mudança que este jornal segue de perto e quer continuar dando uma atenção especial: o novo papel que a mulher tem na sociedade. Não é um compromisso novo, mas que se renova com a criação de uma nova figura, uma editora de gênero. A jornalista Pilar Álvarez será a primeira a ocupar o posto com o objetivo de planejar e

melhorar a cobertura sobre os temas de gênero. Segundo Pilar Álvarez, uma das suas funções será de atuar como uma vigia para que haja sempre um equilíbrio na presença de homens e mulheres nas informações. “Como diz uma colega minha, se você não tem a visão da mulher, você perde a metade”.

A cobertura comprometida com a igualdade e a mulher sempre foi uma marca do jornal. Logo no início, em 1976, o EL PAÍS publicou uma reportagem sobre os voos fretados em que espanholas viajavam para abortar em Londres. A prática era bastante conhecida, mas pouco se falava sobre o assunto. Na época, o aborto era proibido na Espanha, que acabava de sair da ditadura. Em 2001, o jornal foi pioneiro também em contabilizar as vítimas da violência machista, antes que as autoridades o fizessem.

Na redação do EL PAÍS no Brasil, os temas relacionados ao feminismo, sexualidade e a saúde pública feminina também são pautas recorrentes. Desde sua inauguração, em 2013, uma série de reportagens foram feitas sobre a situação do aborto no país, a desigualdade salarial entre homens e mulheres e a violência constante contra as mulheres. No ano passado, a redação sediada em São Paulo, foi a única do Brasil em que as mulheres cruzaram os braços no dia 8 de março para reivindicar mais direitos e igualdade.

O feminismo se transformou hoje em um movimento de referência de luta pelos direitos civis em grande parte do mundo. Neste momento de efervescência, em que as demandas das mulheres se misturam com reações opostas de todo tipo, em um clima muitas vezes de paixão e confusão, o desafio da editora será de ressaltar acima de tudo o valor dos fatos.

O trabalho da editora de gênero será transversal a todas as editorias. Não se trata apenas de escrever mais histórias sobre as mulheres, mas de incluir mais mulheres em histórias. A cobertura que a editora de gênero estimulará será também internacional, apoiada na rede de redações e jornalistas que o EL PAÍS possui em diversos países, com atenção especial para a América Latina.

A primeira editora de gênero do EL País, Pilar Álvarez, possui experiência na cobertura de temas sociais, principalmente de educação. Há um ano está

especializada em temas de igualdade. Com uma trajetória de mais de 15 anos de profissão, ela começou a trabalhar para este jornal em 2007.

Acabar com os abusos, editorial do jornal El País

#Metoo colocou sobre a mesa um problema grave e inadiável

[\(El País, 20/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)

[O movimento #Metoo](#) tem o mérito incontestável de haver colocado sobre a mesa uma realidade intolerável: a de que, apesar do progresso nas últimas décadas, nos amplos espaços de discriminação entre homens e mulheres que ainda sobrevivem há um especialmente grave e doloroso: o do abuso e [assédio sexual](#) no local de trabalho. Nele, como ocorre na esfera privada, onde está custando erradicar o flagelo da [violência machista](#), o abuso das posições de poder e privilégio por parte de alguns homens está favorecendo situações de humilhação e submissão inaceitáveis e impedindo o avanço da igualdade.

É um fato que, embora a legislação de todos os países avançados proíba a discriminação no trabalho com base no gênero, ela não só continua existindo, mas é totalmente visível e ocorre à vista de todos. Ao olhar as estatísticas é possível verificar que as carreiras das mulheres são mais curtas e mais fragmentadas. Mas também no dia a dia, pois [além de receberem salários mais baixos](#) e terem menos oportunidades de serem promovidas, muitas mulheres continuam experimentando e sofrendo culturas de trabalho machistas nas quais a condescendência masculina e os comentários e atitudes sexistas estão na ordem do dia.

A combinação de uma frustração há muito escondida com a raiva provocada pela revelação dos casos de assédio e abuso sexual no trabalho causou uma

explosão de indignação que está sacudindo nossas sociedades. A virulência surpreendeu aqueles que pensavam que os avanços conseguidos nas últimas décadas tinham sido mais profundos e extensos do que nunca. Mas não há nenhuma contradição: se a desigualdade e o abuso sofrido pelas mulheres nos indigna é precisamente porque ele subsiste em sociedades onde não é admissível.

O movimento #MeToo foi acusado de ter desencadeado uma caça às bruxas que ameaça colocar em risco os pilares centrais de nossa sociedade, como a presunção de inocência ou o direito à livre criação artística. Inclusive, como no [polêmico manifesto das mulheres francesas](#), está em discussão a abertura de portas a uma onda de puritanismo que poderia prejudicar as relações entre homens e mulheres, e levar a uma guerra de sexos.

Sem dúvida, toda causa está exposta a excessos. A legitimidade das reivindicações do movimento #MeToo não o isenta de críticas quanto à adequação de meios e fins ou os equilíbrios entre valores e princípios que possam entrar em contradição. Porque este é um problema crucial que deve ser resolvido de forma satisfatória, é necessário compreender bem as dificuldades e desafios que enfrentamos.

Um muito importante é o da impunidade. Como vimos, o tempo transcorrido ou o próprio contexto em que os abusos ocorreram faz com que os processos judiciais enfrentem formidáveis obstáculos legais na hora de encontrar provas. Não é algo novo: foi o que aconteceu quando começaram a aparecer os [abusos sexuais na Igreja](#). A posição de inferioridade da vítima e a ausência de testemunhas fez com que as vítimas tivessem medo de que suas denúncias, no lugar de conseguir estabelecer a verdade e condenar o agressor, se voltariam contra elas, suas carreiras e reputações.

Sem entender esse círculo vicioso provocado pela dupla humilhação que significa acrescentar ao abuso a dificuldade de denunciá-lo com garantia de sucesso, não é possível entender o fato de que as denúncias que criaram o movimento #MeToo, em vez dos tribunais, foram apresentadas à sociedade aproveitando a difusão dos meios de comunicação e das redes sociais, tentando assim, por meio de humilhação e do repúdio social, conseguir a punição que nem os tribunais nem as empresas onde os abusos ocorreram

foram capazes de oferecer em seu momento.

Por isso, o desafio é múltiplo e requer ações em vários níveis. O primeiro é o legal: devemos melhorar a capacidade do sistema jurídico de processar e punir esses delitos, acabando com a impunidade característica até agora. O segundo é o trabalhista: as empresas devem comprometer-se a fundo, tanto habilitando canais para as denúncias como revendo suas culturas na medida em que favorecem a impunidade ou criam espaço para o abuso. O terceiro é social e cultural: a discriminação, o abuso e o assédio existem nas empresas porque, infelizmente, a desigualdade entre homens e mulheres ainda existe em nossa sociedade. E as autoridades públicas têm a obrigação de velar por esse valor.

Romper o silêncio, editorial do Jornal El País

Os sinais de retrocesso diante da violência machista nos obrigam a redobrar a guarda

[\(El País, 24/11/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O Dia Internacional contra a Violência de Gênero coincide com o 20º aniversário da morte de Ana Orantes, na Espanha. Em 17 de dezembro de 1997, treze dias depois de ter denunciado em público uma vida de espancamentos e maus-tratos, seu marido a encharcou de gasolina e ateou fogo. O caso trouxe à tona no país uma realidade até então sepultada no noticiário sob a epígrafe de *crime passional*.

Nestes 20 anos foi dada visibilidade a um problema que resultou ser muito maior e mais grave do que se acreditava. Como exemplo, os dados de 2016: 44 mulheres assassinadas, 142.000 denúncias, 14.000 casos de lesões, 42.000 mulheres no registro de vítimas e 15.800 homens condenados. Desde

2003, cerca de mil mulheres foram assassinadas por uma violência que em muitos casos alcançou também seus filhos, quando o pai os mata para se vingar da mulher. Katherina, uma grávida assassinada em Vinaròs, no leste da Espanha, é a 45ª vítima deste ano no país.

A sociedade reagiu com medidas legislativas como a lei integral de violência de gênero (2005), de igualdade (2007) e, agora, com um pacto de Estado que deve corrigir as deficiências observadas. Mas estamos longe dos objetivos e cresce a preocupação com o surgimento de sinais de retrocesso na percepção social.

As pesquisas mostram um aumento de atitudes machistas entre os jovens, como os 27,4% de adolescentes que consideram que a violência no casal é natural, ou os 33% que acreditam que o ciúme é uma prova de amor. A isso é preciso acrescentar o ativismo desafiante de setores neomachistas que procuram desacreditar as políticas públicas de igualdade com mentiras, como o mito das denúncias fictícias e as tentativas de caracterizar o feminismo como uma ideologia totalitária que busca subjugar os homens.

A cultura machista reaparece constantemente, como ocorreu no julgamento de cinco acusados de estupro coletivo nas festas de São Firmino de 2016 em Pamplona: a defesa dos acusados tentou criminalizar a vítima e lançar dúvidas sobre sua conduta. Não é a vítima que tem de demonstrar que não é culpada.

A violência de gênero revelou ser um fenômeno resistente que tem de continuar sendo combatido com mais recursos e melhores estratégias educativas e preventivas, levando em conta que o problema não se limita aos assassinatos e maus-tratos no seio do casal.

Nos últimos meses veio à tona uma realidade ainda mais oculta, que não deixa rastro público e é difícil de provar: a do assédio sexual. Ele é cometido por homens que utilizam o poder para obter favores sexuais, e as mulheres que os denunciam nem sempre são bem vistas. A campanha *#metoo* (“eu também”) conseguiu romper o silêncio e pode marcar uma mudança tão importante quanto foi em sua época o caso de Ana Orantes. Não se trata de um problema da esfera privada das pessoas, e sim de um assunto público no

qual é preciso intervir.

O Acordo de Istambul, firmado pela Espanha em 2014, coloca a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos e estabelece as diretrizes a seguir. A extensão do problema e os sinais de retrocesso nos obrigam a manter a vigilância e a redobrar nossos esforços.

No trabalho, o lado B da maternidade no Brasil

Ser mãe e profissional ainda é desafio que não encontra respostas nas empresas e nem no poder público

[\(El País, 03/12/2016 - acesse no site de origem\)](#)

No Brasil, há 60 milhões de mulheres mães e uma boa parte delas deixa de trabalhar porque não têm com quem deixar os seus filhos. A falta de uma política de apoio à maternidade, seja nas empresas privadas, como a falta de creches oferecidas pelo Governo, tem reflexos na permanência das mulheres em seus empregos. Uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva, que ouviu 1.882 pessoas, mostrou que 17% das entrevistadas que não estavam trabalhando apontavam como principal motivo a falta de estrutura para deixar os filhos. Entre os homens, contudo, esse percentual é zero.

Ao mesmo tempo, as mulheres recém mães precisam lidar com algumas expectativas do mundo masculino que aumenta suas jornadas. Para a maioria dos homens, o trabalho doméstico é feminino, um dado que se reflete na cultura machista brasileira. “Ainda vivemos uma crença de que maternidade é uma coisa gloriosa, e que mulher é abençoada por ser mãe. Mas na verdade, ser mãe é um problema para a esmagadora parte das mulheres, principalmente quando ela tenta conciliar trabalho e maternidade”, avalia Anne Rammi, voluntária da Artemis, que participou do painel Maternidade e

Trabalho no evento [Brasileiras: como elas estão mudando o rumo do nosso país](#), realizado pelo EL PAÍS Brasil e a Instituto Locomotiva.

A pesquisa da Locomotiva mostrou que um terço das mulheres (33%) que pretende abrir seu próprio negócio o [faz para ter mais flexibilidade de horário](#). Outras 27% veem no negócio próprio a chance de ganhar mais dinheiro. Fazer o que gosta foi a opção marcada por 26% delas, não ter chefe era o objetivo de 9%.

A mesma pergunta feita aos homens que pretendem empreender teve como resposta principal a vontade de ganhar mais dinheiro (44%) e somente 21% responderam que poderia ser uma chance de ter horário mais flexível. “Empreendedorismo materno é falta de escola, porque a mãe é colocada numa posição em que ela tem que escolher entre o filho e ficar em casa sendo sustentada. Ou seja, entre o filho, e a dignidade, o trabalho, o dinheiro e a carreira”, disse Rammi, enquanto amamentava sua filha no palco do evento.

Ao seu lado, a deputada Manuela D’ávila (PCdoB-RS) também equilibrava a filha dentro de um canguru. “Muitas mulheres são mães e na prática são expulsas do mercado de trabalho por terem se tornado mães”, diz D’ávila, [que se viu no centro de uma polêmica quando amamentou a filha no plenário do Congresso](#). A amamentação em público ainda enfrenta um tabu no Brasil, onde 20 milhões de homens se dizem incomodados quando uma mãe decide atender ao filho que deseja mamar onde estiver. “Sou branca, estou no topo da pirâmide e sou política, quem sou eu para falar sobre maternidade. Porém, se eu, deputada, amamento em cima da privada no Congresso, onde amamenta a caixa do supermercado. Se eu, deputada, escuto que amamento para me exibir, qual a realidade de uma mulher negra no ponto de ônibus”, questionou.

A deputada defende a licença parental (tanto para o pai como para a mãe), compartilhada por um ano, como nos países escandinavos. “O problema do Brasil é que a política pública é feita por homens”, conclui. A baixa representatividade feminina no Congresso explica uma parte desse desentendimento com o mundo feminino. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, só 10% dos parlamentares são mulheres.

Ana Laura Castro, sócia fundadora da [Rede Maternativa](#), que participou do painel, acredita que as empresas têm um papel decisivo no apoio às mulheres que trabalham e que se tornam mães. “Precisamos falar com as empresas para olhar para as mães, em como elas fazem o receptivo dessas mães que voltam ao trabalho. Saber como a mulher está em sua rotina, se ela dorme, se consegue amamentar, se precisa fazer home office”, diz Castro. O evento Brasileiras - Como elas estão mudando o rumo do país, aconteceu nesta sexta, em São Paulo, e contou com patrocínio do Banco Santander, Camil e Boticário, e apoio da ONU Mulheres.

3 em cada 10 homens acham justo ter mais chefes homens, já que mulheres engravidam

Enquanto as mulheres têm de enfrentar muitos desafios para entrar no mercado de trabalho e lidar com salários menores que o dos homens, elas ainda são vistas por muitos brasileiros como “menos aptas” a conquistar um cargo de liderança por engravidarem.

[\(HuffPost Brasil, 02/12/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Três em cada 10 homens concordam que é justo ter menos mulheres à frente de empresas porque elas podem engravidar e sair de licença maternidade. Além disso, 2 em cada 10 homens do Brasil afirmam que é “constrangedor” uma mulher ganhar mais que um homem.

Foi o revelou a pesquisa *Brasileiras - Como elas estão mudando o rumo do País*, divulgada nesta sexta-feira (2) pelo instituto de pesquisa Locomotiva, liderado pelo pesquisador Renato Meirelles. O estudo, realizado em novembro com 1.024 mulheres e 858 homens de todo o Brasil, revela um panorama alarmante sobre o machismo no País e, conseqüentemente, no

mercado de trabalho — e como isto afeta a renda, o empoderamento e a independência das brasileiras.

Apesar das mulheres representarem um pouco mais da metade da população brasileira, elas ainda sofrem muito preconceito e são alvo de violência e assédio no trabalho. O estudo mostra que, enquanto 60% das brasileiras concordam que as mulheres deveriam ocupar ao menos metade dos cargos de chefia nas empresas, 30% dos homens concordam com a frase:

“É justo mulheres assumirem menos cargos de chefia que homens, já que podem engravidar e sair de licença-maternidade.”

Além disso, 20% dos homens, ou cerca de 15,4 milhões de brasileiros, acham constrangedor uma mulher ganhar mais que o homem e concordam com a frase: “o marido sempre deve ganhar mais que a esposa.”

Entre as mulheres, 72% acreditam que o homem “se sente inferior” quando a mulher é mais bem sucedida profissionalmente que ele.

Não só esta percepção impede mulheres de conquistar cargos de gestão. A jornada dobrada e mínima ajuda dos homens nos afazeres domésticos fazem com que mulheres dediquem menos horas e esforço no trabalho corporativo e até prefiram deixar o emprego.

Enquanto 21% dos homens acham difícil conciliar a vida profissional e pessoal, o percentual entre as mulheres sobe para 31%.

O estudo *Síntese de Indicadores Sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira*, divulgado hoje pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mostra exatamente isto: [as mulheres brasileiros trabalham, em média, cinco horas a mais que os homens \(somando o trabalho em casa\), mas recebem 24% menos que eles.](#)

“Fica claro que o Brasil avançou. Somos menos desiguais. Por outro lado, a gente olha a realidade e ela está muito aquém do ideal”, avalia Renato Meirelles, do Locomotiva.

“Vimos que a desigualdade de gêneros promove a exclusão da mulher no

mercado de trabalho, traz prejuízos efetivos para a economia brasileira e, na prática, aumenta a rotatividade nas empresas.”

Segundo o estudo do Locomotiva, se o salário das mulheres se equiparasse ao salário dos homens, a economia brasileira teria uma injeção de nada menos que R\$ 461 bilhões.

O problema, avaliou Meirelles, está no machismo naturalizado. “O primeiro passo para o entendimento do homem é como privilegiado, ou seja, alguém que se beneficia da desigualdade.”

A junção de tudo isso resulta na exclusão da mulher do mercado de trabalho formal. O Locomotiva revelou que 51% das mulheres entrevistadas querem mudar de emprego no ano que vem. Além disso, 24% das mulheres que trabalham já trocaram de emprego alguma vez na vida para ter mais tempo com a família, contra 17% dos homens.

Ainda, 17% das mulheres que não estão trabalhando apontam como principal motivo não ter com quem deixar os filhos. Entre os homens esse percentual é 0%.

“Quando nós perguntamos o que é homem de sucesso, ninguém tem dúvidas: é um homem que tem sucesso profissionalmente. Quando pergunta o que é uma mulher de sucesso, a resposta se dispersa — é uma boa mãe, é uma mulher que está bonita, que se desenvolveu profissionalmente. Historicamente, se pensa que a mulher tem um papel que não é o papel do homem. Esse mesmo pensamento também explica o grande número de mulheres terem mudado de emprego ou ter deixado de trabalhar para cuidar dos filhos, coisa que não acontece com os homens.”

Violência no trabalho

Outro dado que chama atenção da pesquisa é que 73% dos brasileiros afirmam conhecer alguma mulher que já sofreu preconceito ou violência no trabalho e 43% das trabalhadoras afirmam ter sofrido pessoalmente preconceito ou algum tipo de violência no ambiente corporativo.

Um detalhe neste ponto é a diferença das respostas entre eles e elas:

enquanto 40% dos homens já conheceram uma mulher que sofreu preconceito no trabalho, 52% das mulheres já souberam de casos similares.

Para Meirelles, a diferença é explicada justamente porque os homens, em muitos casos, não veem o machismo (ou negam que o praticam). “Existe um ditado popular: quem bate esquece, quem apanha lembra. Não é o homem que é vítima disso. O machismo existe historicamente na sociedade brasileira e isso faz com que muitos casos não sejam percebidos pelos homens. É o machismo naturalizado.”

Segundo o pesquisador, a internet tem ajudado a disseminar o empoderamento feminino, inibir o preconceito de gênero e denunciar casos de violência contra a mulher.

“Sob liderança das mulheres, o combate do machismo é uma bandeira de todos. Isso tem que estar presente no cotidiano, na denúncia, quando for grave, mas também na demonstração quase que pedagógica da naturalização do machismo quando o homem não percebe.”

EL PAÍS e Locomotiva debatem papel cada vez mais ativo das mulheres no Brasil

Evento “Brasileiras - como elas estão mudando o país” discute como as mulheres assumiram protagonismo no país este ano

[\(El País, 30/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Você sabia que no Brasil há atualmente mais de 105 milhões de mulheres? E que só neste ano a massa de renda delas deve atingir 1,584 trilhão de reais, o equivalente ao PIB da Suécia ou da Bélgica? Ou que a massa de renda das

mulheres aumentou 83% na última década, enquanto que a dos homens cresceu 45%? Estes dados refletem o protagonismo inédito que as mulheres assumiram no Brasil do ponto de vista econômico e social, a ponto de modificar o curso de decisões políticas. Basta ver como o protesto feminino contra o ministério inicial de Michel Temer, composto somente por homens, fez com que ele recuasse rapidamente, buscando integrantes do sexo feminino. Ou o papel do protesto feminino para elucidar um caso de estupro coletivo no Rio neste ano.

A influência das mulheres na sociedade é cada vez mais forte, mas ainda há desafios a serem discutidos. Nesta sexta-feira (2), o evento ***Brasileiras - como elas estão mudando o rumo do país*** vai debater sobre mulheres no poder, empreendedorismo, histórias de superação, maternidade e trabalho, ativismo na rede e comunicação.

Realizado pelo EL PAÍS em parceria com o Instituto Locomotiva, o evento apresentará uma pesquisa inédita sobre o panorama atual da mulher brasileira e seus diversos papéis na sociedade. Nas palestras e mesas de debates estarão reunidos especialistas que inspiram e contribuem com o empoderamento das mulheres no Brasil.

Serviço

- Quando:

02 de dezembro de 2016, das 08:30 às 17:30

- Local do evento:

Auditório da Sede do Banco Santander em São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 2235 - Mezanino

- Inscrições: <https://goo.gl/D07xHc>

Vagas limitadas, após inscrição, aguardar E-mail de confirmação.

Sobre o EL PAÍS Brasil

O EL PAÍS faz parte do Grupo Prisa, um dos maiores grupos de comunicação da atualidade, e é o maior jornal em língua hispânica no mundo (considerando papel e digital). Sua versão digital em português foi lançada no final de 2013 e hoje já conta com 6,5 milhões usuários únicos mensalmente. De acordo com o ranking de audiência da comScore, o EL PAÍS está no Top 10 de jornais digitais no Brasil desde setembro de 2015.

Sobre o Instituto Locomotiva

O Instituto Locomotiva tem o compromisso de mostrar que existem pessoas e histórias por de trás de cada número e transformar resultados de pesquisas em conhecimento e estratégia, ampliando as possibilidades das empresas e instituições, e contribuindo para a construção de identidade entre elas e seus públicos. A Locomotiva acredita que pesquisa não pode ser apenas um retrato de um momento e com isso, busca entender o que nos trouxe até aqui, quais são as tendências e oportunidades para os próximos anos. O Instituto se propõe a olhar para frente e ir além do simples diagnóstico, atuando ao lado do cliente e oferecendo soluções que estabeleçam caminhos promissores de atuação.

Seminário Brasileiras: como elas estão mudando o rumo do país - São Paulo/SP, 02/12/2016

O jornal El País em parceria com o Instituto Locomotiva Pesquisa e Estratégia apresentam no dia 02 de dezembro o *Seminário Brasileiras: como elas estão mudando o rumo do país*. O evento irá reunir representantes de empresas, governo e terceiro setor para debater sobre a atuação das mulheres em cargos de poder.

EL PAÍS e **LOCOMOTIVA**
PESQUISA & ESTRATÉGIA
apresentam

BRASILEIRAS

— COMO ELAS ESTÃO MUDANDO O RUMO DO PAÍS —

Empresas, Governo e Terceiro Setor discutindo o destaque das mulheres no campo social político e econômico. Elas estão mudando o país e o rumo do debate. E você não pode ficar de fora.

Aguarde.

 02 de Dezembro
das 08:30 às 17:30

 Auditório da Sede do Banco Santander em São Paulo

Apoio



Apoio institucional



Patrocínio



grupo boticário
beleza é o que a gente faz

Patrocínio master

